

Brasil quer retomar as contrapartidas para candidatar-se a novos empréstimos

por Guilherme Arruda
de Porto Alegre



Yeda Crusius

O Brasil deverá retomar, a médio prazo, as contrapartidas de contratos assinados junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos desembolsos estão suspensos há dois anos. A garantia foi dada, ontem, em Porto Alegre, pela ministra do Planejamento, Yeda Crusius.

"Nos últimos dois anos não houve depósito da contrapartida brasileira junto a esses órgãos de fomento", disse a ministra, referindo-se aos montantes que o governo deve garantir para cada empréstimo contratado. Yeda Crusius observou que regularizar essas contas é fundamental para que o Brasil possa se candidatar a créditos anuais de cerca de US\$ 1 bilhão.

"O Brasil vai entrar numa fase de investimentos diretos, que renderá não apenas a geração de novos empregos, maior produção e melhor qualidade de vida, mas também uma pequena diminuição nos índices de pobreza, saneamento e doenças", assinalou a ministra, lembrando que desde janeiro este governo estabeleceu no orçamento que a contrapartida de projetos já aprovados é prioritária. Ela, no entanto, não soube dimensionar o volume de recursos que serão destinados para estes depósitos internacionais.

No próximo dia 5 a ministra embarca para Washington, onde nos dias 8, 9 e 10 manterá encontros com dirigentes dos dois principais organismos de desenvolvimento internacional, BID e BIRD, oportunidade em que será proposta uma escala de prioridades entre os 180 projetos em poder do Ministério do Planejamento. Nessas reuniões de trabalho será proposto ainda um valor de carteira para

ser aprovado na rodada de Hamburgo (Alemanha), que acontecerá no dia 28 de março.

"Essa rodada de Hamburgo acontece de quatro em quatro anos. Além de estabelecer contratos para apoio de projetos de desenvolvimento com estas instituições, o Brasil tem direito de voto na escolha dos novos dirigentes destes organismos", disse Yeda Crusius, sem dispor de números sobre o montante de recursos necessários para os 180 projetos que estão em seu poder. "Os projetos já aprovados tratam da manutenção das estradas federais e meio ambiente", acrescentou ela, citando como exemplos a duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Minas Gerais.

O Brasil, segundo ela, vem construindo a carteira de investimentos para a reunião de Hamburgo desde 1990. Tanto o BID quanto o BIRD estão dando ênfase a projetos que contemplam a qualidade de vida, e isso se refere a meio ambiente, diminuição do índice de mortalidade, seja por meio de melhor alimentação, saúde e saneamento, como melhoria das condições das estradas. "Como não houve depósito nos últimos dois anos, muitos projetos que poderiam ter evitado mortes não estão andando. Daí a importância da contra-

partida para somar a poupança externa à interna", disse a ministra, que passou todo o período de Carnaval num balneário gaúcho analisando os 180 projetos.

INFLAÇÃO

Com relação a medidas de combate à inflação, a ministra disse que ao Ministério do Planejamento cabe o combate no médio prazo. "Estamos esperando o orçamento vir do Congresso e a votação de projetos de autoria do Executivo em tramitação no Congresso, que implicam na redução da inflação por meio da eficiência, como é o caso da transformação da gestão nos portos. Essas ações, mais a redução de alíquota

de importação de produtos que estão tendo seus preços reajustados de forma muito elevada, é que formam o programa antiinflacionário do governo", disse Yeda Crusius. E acrescentou:

"Mas nós temos que esperar o que o Congresso nos diz, inclusive quanto à reforma das tarifas elétricas, para poder dizer: 'bem, nossas metas são estas, e é assim que vamos agir daqui em diante'. Com isso e mais o cenário que projetamos que o Brasil possa realizar em 1993 e 1994 vamos propor uma queda nas taxas de juro, dando condições de todo o sistema funcionar com taxas mais baixas no sentido de diminuir a recessão", disse a ministra.